



### **RESPOSTA À DILIGÊNCIA**

Em atenção ao pedido no chat de 18/08/2025, encaminhamos documentos complementares, incluídos fotos e vídeos, que comprovam a execução de estrutura de complexidade e quantidade muito superiores à exigida no edital da contratação, desde a utilização de materiais de Octonorme (TS), vidro e estruturas de madeiras em fachadas, bares, estrutura metálica com telhas, grades, metalons, além de composição de pinturas, lonas, adesivos, luminosos.

Através desse documentos, a empresa licitante comprovou sua capacidade técnica na execução de obras e serviços equivalentes ou superiores ao objeto da licitação, como a montagem de palcos, painéis e estruturas diversas para eventos, demanda técnicas que abrangem o que se exige em sede de estande misto, revelando-se compatíveis com o serviço a ser realizado.

Nessa esteira a própria Lei 14.133/21, em seu art. 67, II, estabelece que não é necessária uma correspondência exata entre o que se pretende executar e a comprovação de experiência prévia.

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem **capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior**, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

Interpretar restritivamente tal dispositivo, restringe a competitividade do certame indevidamente, atentando contra o preceito constitucional do art. 37.



Art. 37 [...] XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da Lei, o qual **somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**

No mesmo sentido posiciona-se o Tribunal de Contas da União.

Licitação. Habilitação técnica. Exigência excessiva. **É irregular a delimitação pelo edital de tipologia específica** de obras para fins de comprovação de capacidade técnica de licitante, **devendo ser admitida a apresentação de atestados que demonstrem a realização de empreendimentos de natureza similar** ao objeto licitado, sob pena de ficar configurada restrição à competitividade.

Acórdão 1585/2015 Plenário (Auditoria, Relator Ministro-Substituto André de Carvalho)

A licitação não deve perder seu objetivo principal, que é obter a proposta mais vantajosa à Administração, mediante ampla competitividade, a teor do art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993.

Acórdão TCU 1734/2009 Plenário (Sumário)

Para favorecer a competitividade e a obtenção do menor preço, as exigências para participação em licitação não devem passar do mínimo necessário para assegurar a normalidade na execução do futuro contrato, em termos de situação jurídica, qualificação técnica, capacidade econômica e regularidade fiscal.

Acórdão TCU 1699/2007 Plenário (Sumário)

Diante disso, resta claro que os atestados referentes à execução de serviços junto à PEGA VARETA PRODUÇÃO E EVENTOS LTDA-ME, UFPE e BR5 PROMO, ora



complementados com fotos e vídeos, superam a exigência editalícia e asseguram que a ACTION está apta a atender à presente contratação.

Recife, 19 de setembro de 2025

ACTION GROUP LTDA  
CNPJ n. 43.704.327/0001-57

ACTION GROUP LTDA  
CNPJ: 43.704.327/0001-57  
Rua Guimarães Peixoto, Nº 75, Sala 202, Edf. One Way Núcleo Empresarial  
Casa Amarela, Recife/PE.